



1 **CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED**

1 **Ata da Reunião Ordinária do COPED/PR – 13/03/2020**

2 No décimo terceiro dia do mês de março do ano de 2020, na Sala de Gestão do Palácio das
3 Araucárias, localizado à Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n, 7º andar, iniciou-se a Reunião
4 Ordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos – COPED. Fizeram-se presentes os
5 **Conselheiros(as) Titulares Governamentais:** Anderson Rodrigues Ferreira (OAB), Rafael
6 Osvaldo Machado Moura (MP/PR), Georgia W. Settanni (TJPR), Tadeu Veneri (ALEP), Aurélio
7 Munhoz (AMP). **Conselheiros(as) Suplentes Governamentais:** Ana Raggio (SEJUF);
8 **Conselheiros(as) Titulares da Sociedade Civil:** Clau Lopes (APP-Sindicato), Amanda
9 Peçanha Teixeira Vaz (UBM), Rute Regina Alves (ACTEP-Maringá), Jucimeri Isolda Silveira
10 (CRESS-PR), Edna Aparecida Sarro Siqueira (Comunidade Bom Pastor de Nova Esperança),
11 Marcel Jeronymo Lima de Oliveira (Grupo Dignidade); **Conselheiros(as) Suplentes da**
12 **Sociedade Civil Organizada:** Diego Henrique da Silva (Parafuso Educomunicação).
13 **Convidados(as)/Observadores(as):** Roselene Sonda (MPPR), Isabela Perotti (Mandato Goura)
14 e Anna Cláudia Belli (SEJUF). Cumprimentando os(as) presentes, o Vice-Presidente Clau Lopes
15 deu início à reunião. **1. Aprovação de Pauta:** Clau pontua que o COPED costuma fazer as
16 reuniões das Comissões na parte da tarde, porém, seguindo a deliberação da reunião de
17 planejamento, houve a inversão, passando as Comissões para a parte da manhã e a plenária
18 para a tarde. Abre para demais para ponderar se mantém-se dessa forma. Edna afirma que as
19 Comissões pela manhã é bom modelo. Clau entende que a assiduidade e pontualidade podem
20 ser piores para as reuniões plenárias na parte da tarde, uma vez que via de regra as Comissões
21 costumam ter esvaziamento. Na data de hoje, considerando já haver quorum e diversos pontos
22 de pauta, entende relevante dar início à pauta na parte da manhã. Amanda lembra que a
23 Comissão de Monitoramento do Sistema Prisional costuma se reunir em data diversa da
24 plenária. Pede que na data de hoje seja debatida a pauta de informes da Secretaria Executiva,
25 assim como a reunião descentralizada em Londrina ainda na parte da manhã. Aurélio aprova a
26 proposta feita pela Amanda. Marcel pontua a necessidade de alterar a composição das
27 Comissões por meio da reforma do Regimento Interno. Lembra da possibilidade colocada pela



6

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

28 Ana de uso de videoconferência. Concorde que haja inversão do horário das Comissões. Ana
29 coloca que não haverá salas para as comissões na parte da tarde. Pede a inserção de ponto de
30 pauta sobre a formação das Comissões para oficializar sua composição por Resolução,
31 conforme dispõe o Regimento Interno. Informa que isso foi debatido na última reunião e que
32 buscou encaminhar as Resoluções nesse período, mas não tinha informação sobre quem atua
33 em qual Comissão. Outro ponto de pauta que solicita é acerca da formação de um Grupo
34 Executivo de Proteção a Defensores(as) de Direitos Humanos, uma proposta que o Dr Olympio
35 levou à SEJUF, havendo uma minuta para apresentação. Clau lembra que após a reunião de
36 planejamento, foi enviado à SEJUF os nomes das Comissões e suas composições por email.
37 Pede que os materiais sejam sempre inseridos no drive do Conselho, disponível na descrição do
38 grupo de whats. Aurélio pede esclarecimento sobre o horário deliberado para as Comissões.
39 Clau informa que acontecerão na parte da tarde. Clau pede a retirada do ponto “População em
40 Situação de Rua”, visto a ausência do Conselheiro Leonildo, que solicitou a pauta. Ana pede a
41 retirada do ponto sobre a Lei do COPED, pois estará entre os informes da Secretaria Executiva.
42 Aurélio sugere pauta sobre o COVID, especialmente em decorrência de seu efeito para grupos
43 vulneráveis. Ana pontua as providências da SESA e do Governo do Estado e pede que a pauta
44 seja debatida quando já tivermos os posicionamentos destes órgãos publicados. Sem mais
45 manifestações, a pauta não foi inserida. Com as demais sugestões, a pauta restou aprovada. **2.**
46 **Informes da Secretaria Executiva e dos(as) Conselheiros(as):** Ana iniciou os informes,
47 pontuando que está começando a tomar pé das demandas do COPED. Informa que solicitou
48 apoio do Diego para fazer a publicação sobre LOA e PPA, e sobre os Centros de Referência de
49 Direitos Humanos. Sobre o planejamento, pede também acesso ao documento para possibilitar
50 a publicação. Com relação ao levantamento de conselhos municipais de direitos humanos, Ana
51 apresenta o que já foi feito pelo DEDIF e entende que é necessário fazer uma introdução. Dr
52 Rafael entende que é necessário fazer atualização, pois há diversos que não aparecem. Ana
53 explica que isso foi feito por pesquisa em sites de Prefeitura e sobre legislação, pois por ligação
54 é impossível chegar nas informações. Dr Rafael entende que é necessário inserir os Conselhos
55 de Assistência Social. Lena indica a existência de registros federais dessas informações sobre
56 Educação e Assistência Social. Ana coloca que também a necessidade de compilar ao final o



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

11 número total de cada Conselho Municipal. Sobre a atualização, compromete-se a fazer contato
57 com as áreas de direitos humanos na própria SEJUF para maiores informações. Dr Rafael
58 sugere a criação de um formulário online e coloca o CAOP à disposição para encaminhamento
59 às 399 Prefeituras. Aurélio também se coloca à disposição, entendendo que ambas as ações
60 são relevantes. Anderson informa que a OAB PR tem levantamento de quais Conselhos há
61 participação da entidade e coloca o material à disposição. Ana coloca que irá propor um
62 formulário e envia para apreciação, de toda forma, entende que é necessário pedir as
63 informações sobre a pessoa que está respondendo e, após, sobre os Conselhos
64 especificamente, listando estes por nome, se está em funcionamento e telefone e email de
65 contato, além de um espaço para outros. Lena reitera o pedido para ligar aos municípios que
66 ficarem faltando. Ana coloca que não irá se comprometer com as ligações, devido a grande
67 dificuldade. Aurélio concorda a dificuldade com as ligações e entende que será um trabalho
68 longo. Rute pondera que os Escritórios Regionais têm como atribuição fiscalizar estes
69 Conselhos e que, portanto, poderiam ter as informações sobre os mesmos. Ainda, coloca que
70 sempre existe um Secretário de todos os Conselhos, inclusive em municípios pequenos. Lena
71 entende que só são fiscalizados os que têm repasse fundo a fundo. De toda forma, ficou incluída
72 a consulta aos Escritórios Regionais. Dando continuidade, sobre as mães e familiares de
73 pessoas mortas em ações policiais, Ana apresenta ofício redigido com base em proposta da
74 Waleiska. Clau diz ter conversado com a Waleiska e entende que o documento já está
75 aprovado, uma vez que ele já foi por email, e está havendo cobrança das famílias. Ana
76 questiona se o ofício redigido pelo Carlão deve ser mandado em conjunto, o que foi aprovado
77 por manifestação do Clau. O mesmo ainda relembra a Resolução que nomeou o Dr Devechi no
78 lugar do Secretário Ney e, nesse sentido entende que o ofício deve ser assinado pelo Dr
79 Devechi. Aurélio concorda com o encaminhamento. Rute e Anderson entendem que o Dr
80 Devechi não possui legitimidade. Clau ressalta a ausência do Dr Devechi nessa reunião. Ana
81 explana que ele está em outra agenda e virá assim que estiver liberado. Aurélio relembra o
82 pedido de presença do Secretário Ney. Clau informa que a expectativa era de presença do
83 Secretário na ordinária e extraordinária de fevereiro, o que não ocorreu. Ana pede que Clau
84 venha em uma reunião com o Dr Devechi para definir essa questão. Anderson explana que
85



16

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

85 entende não haver legitimidade do Dr Devechi, mantendo coerência com seu posicionamento
86 anterior. Outro ponto era a participação de adolescentes e jovens em reuniões com o COPED,
87 sobre o que ficou encaminhado que o Diego participaria de reunião com o Departamento da
88 Criança e do Adolescente. Já foi enviado email a ele pedindo uma data, estamos aguardando
89 retorno. Sobre a entrega do posicionamento do COPED sobre ações conjuntas dos Conselhos
90 Estaduais de Direitos Humanos, Ana informou que não houve receptividade para o documento,
91 mas as ações foram inseridas as atividades na proposta de planejamento de ações conjuntas da
92 região sul. Ainda não houve retorno da Comissão responsável. Sobre o pedido de audiência
93 pública sobre a criação de Conselho Estadual de Comunicação Social, questiona a quem deve
94 ser direcionado o ofício. Aurélio entende que é necessário enviar a mandatos comprometidos
95 com a temática, sendo o Goura ou o Tadeu Veneri. Isabela entende que a via é a Comissão de
96 Direitos Humanos, composta também por Tadeu e Goura, sendo o primeiro Presidente. Não
97 havendo posições contrárias, ficou aprovado o envio para a Comissão. Sobre a alteração da Lei
98 do COPED, Ana informa que está apenas aguardando o documento a ser elaborado pelo
99 Marcel. Após, explica a tramitação, que passa pelo Financeiro e depois a Assessoria Técnica
100 envia à PGE. Sobre a participação de titular e suplente concomitantemente, informa que já
101 enviou o protocolo por email e está no aguardo de retorno da Amanda e do Anderson, quem
102 havia ficado responsável no debate da última reunião. Amanda se compromete que irá à SEJUF
103 na próxima semana para resolver, dentre outras, essa questão. Ana faz, então, a leitura de
104 convite para participação do COPED em evento sobre Direitos Humanos em Londrina, no dia 22
105 de abril, solicitando encaminhamentos do COPED. Clau pede aos(as) Conselheiros(as) que se
106 coloquem à disposição. Ana afirma que com deliberação nesse sentido, é possível pedir viagem.
107 Isabela pondera que os eventos estão sendo suspensos em razão da COVID, dando como
108 exemplo a ALEP que terá as sessões suspensas por um mês. Jucimeri reitera o pedido da
109 Isabela, indicando também eventos suspensos. Pede também que haja um posicionamento do
110 COPED não apenas com relação à participação em eventos, ações e mobilizações de outras
111 entidades e órgãos, mas também de orientação a Estado e Municípios sobre providências a
112 serem adotadas para garantia de cuidado, com disponibilização de álcool em gel, entre outros
113 instrumentos, considerando que períodos como estes podem trazer graves violações de direitos

17
18
19
20



21 **CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED**

114 humanos, especialmente de grupos vulneráveis. Aurélio lembra de seu pedido de inserção de
115 pauta e as ponderações feitas pela Ana de aguardar o posicionamento dos órgãos. Mas destaca
116 sua preocupação com pessoas em situação de rua, idosos e pessoas empobrecidas. Sobre as
117 agendas, acha ruim a aglomeração, mas entende que não é possível parar de trabalhar. Isabela
118 entende que é não necessário criar aglomerações para a continuidade dos trabalhos. Clau pede
119 a proposta de encaminhamento da Jucimeri. Esta entende que devemos, sim, esperar os
120 encaminhamentos dos órgãos competentes, mas propõe a emissão de nota para garantia de
121 direitos humanos, garantia de acesso a informações sobre ações preventivas, estruturação da
122 rede de atenção básica, fornecimento de instrumentos a grupos vulneráveis e providências de
123 orientação de órgãos públicos, especialmente escolas. Ana pede, então, auxílio para elaboração
124 de minuta. Aurélio se colocou à disposição. Sobre o evento de Londrina, o Encontro Regional de
125 Direitos Humanos, a data é 12 de abril, domingo de páscoa, Clau colocou-se à disposição, assim
126 como Rute e Edna. Voltando ao ponto da nota, Ana questiona a quem deve ser direcionada,
127 ficando a Secretaria de Estado da Saúde, assim como as Prefeituras, por sugestão do Aurélio.
128 Ana traz ainda a resposta da SESP sobre o pedido do COPED de acesso ao BI, que negou a
129 possibilidade. Informa que irá encaminhar o protocolo para conhecimento. Anderson informou
130 que fará a resposta. Waleiska em razão de viagem, Leonildo em razão de outro compromisso e
131 José Wilson teve problemas familiares, sendo essas as justificativas de ausência recebidas.
132 Enfim, traz resposta do MPPR sobre pedido de educação em direitos humanos aos(às)
133 servidores(as), o que contou com posicionamento favorável da Procuradoria-Geral de Justiça.
134 Trouxe também resposta sobre o pedido de informações sobre cotas raciais em Universidade
135 Públicas do Estado. Rute pontua que Maringá teve as cotas aprovadas em 2019. Ana questiona
136 sobre a possibilidade de reiterar para as Universidades que não responderam, o que foi
137 aprovado. Lembra a articulação com o CONSEPIR, da criação de recomendação conjunta para
138 criação de feriado municipal no dia da consciência negra, o que permanece pendente. As
139 informações serão enviadas por email. Traz resposta da Promotoria de Direitos Constitucionais
140 recebida sobre o Deputado Soldado Adriano. Dr Rafael informa que após, encaminhamento do
141 COPED, a questão foi levada à Procuradoria-Geral de Justiça e à Promotoria de Patrimônio
142 Público. A Promotora responsável enviou para análise da área criminal, que ainda está em

142 andamento, mas arquivou com relação à realização de ato de improbidade administrativa.
143 Todavia, enviou à Promotoria de Direitos Constitucional. Dr Rafael estava em exercício nesta
144 Promotoria e entendeu que havia ficado de mãos atadas, pois não teria encaminhamentos a
145 serem feitos. Sobre o arquivamento junto à Promotoria do Patrimônio Público, era possível o
146 pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias. Ana informa que o pedido não foi feito no
147 prazo, mas foi solicitada a reconsideração após a reunião de fevereiro, que seria quando o
148 Conselho teria se reunido pela primeira vez e de fato tomado a ciência. Ana Felícia, que estudou
149 um pouco mais o caso, e entendeu que, por não haver dano ao erário, não haveria improbidade
150 administrativa. Dr Rafael insiste que, em tese, existe ato de improbidade administrativa, pois
151 essa abarca também atos que ferem os princípios da administração pública, dentre eles a
152 legalidade, que abarca o respeito aos direitos humanos e combate à tortura. Assim, a promoção
153 da tortura agride a legalidade e a lealdade às instituições. Aurélio questiona a possibilidade de
154 refazer a peça. Ana Felícia concorda com o trazido pelo Dr Rafael e **concorda com a emissão de**
155 **nova manifestação**. Aurélio entende que com medidas contra essa questão é possível se
156 trabalhar na mídia e desestimular posicionamentos como o deputado. Dr Rafael ressalta uma
157 publicação em que há uma série de jovens, sendo um negro com o rosto inchado e a pergunta
158 “quem denunciou os demais” indicando não autodefesa dos policiais, mas tortura. Assim como
159 publicações com porretes, dizendo “esses são os direitos humanos”. Ana Felícia indica que há
160 novas publicações que poderiam ensejar nova denúncia, indicando explicitamente o artigo 11,
161 colocando-se à disposição para encaminhar publicações. Clau pede que a Secretaria Executiva
162 encaminhe a nova denúncia, Clau lembra da tentativa de diálogo com o Partido Verde, o que
163 ainda não foi possível. Enfim, questiona sobre retorno acerca do crachá. Ana informa que ainda
164 não tem a resposta por escrito para apresentar. Clau informa que irá dialogar com Sindarspen
165 sobre a emissão do crachá, ressaltando o quão desgastante é estar há 6 meses pedindo um
166 crachá. **3. Nota sobre Coronavírus e Direitos Humanos:** o debate foi realizado no ponto
167 anterior, sendo encaminhado pela elaboração de minuta pelo Aurélio. **4. Organização das**
168 **Visitas Técnicas, audiência pública do dia 02/04 e reunião do dia 03/04 em Maringá:**
169 Amanda questiona se não seria necessário postergar a agenda tendo em vista o coronavírus.
170 Ana sugere que seja aprovada a visita e, caso seja necessário postergar seguindo orientação da



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

31
171 SESA, seja feito posteriormente, o que foi apoiado por Amanda e Aurélio. Isabela destaca a
172 importância de reorganizar a agenda, mas compreende a necessidade do encaminhamento e se
173 colocou à disposição para participação no evento. Clau se posicionou favorável a aprovar a
174 estruturação do evento nesta reunião. Amanda inicia sua explanação de como foram escolhidas
175 as instituições a serem visitadas em Maringá e região metropolitana. Informa que dividiram as
176 instituições carcerárias em 5 regiões, sendo Ponta Grossa, Guarapuava, Londrina, Maringá e
177 Curitiba e região metropolitana, de modo que seja visitar todas em 5 viagens. Poderá faltar algo,
178 mas será possível abarcar a maioria. Lena coloca que outro quesito foi priorizar as divisões
179 administrativas por comarcas. Amanda expõe que Patronato, Delegacias, Cadeias Públicas e
180 outras instituições foram contempladas no planejamento. Apresenta, então, proposta de
181 Deliberação sobre visitas técnicas em instituições carcerárias do Paraná entre 30/03 e 02/04. Da
182 sociedade civil, irão os(as) Conselheiros(as) José Wilson, Diego, Edna/ Rute e Clau formarão
183 duplas de visita (Edna e Rute irão se revezar). Maringá, Sarandi, Colorado, Porecatu, Nova
184 Esperança e Paranaíba serão visitados, sendo o ponto de hospedagem Maringá, ficando a
185 necessidade de ter 2 carros à disposição. Trouxe a necessidade de participação de
186 conselheiros(as) governamentais, havendo compromisso da Isabela de verificar a
187 disponibilidade do Goura, devendo haver envio de convite. Ainda, lembrou que é preciso enviar
188 Ofício para a OAB PR, solicitando advogados(as) locais para acompanhamento das visitas.
189 Apresenta proposta de cronograma elaborado pela Comissão, pedindo contribuição dos(as)
190 Conselheiros(as) que conhecem a região. Colocou que as visitas não serão previamente
191 informadas e que os(as) Conselheiros(as) buscarão a diretoria das unidades, que serão
192 responsáveis pela prestação de informações. Diego questiona o que fazer no caso de recusa de
193 acesso. Amanda aponta que é por esse motivo que entende por oficializar a OAB Pr. Lena entende
194 que a Deliberação seria para todas as visitas e, após, o detalhamento seria em outro
195 documento. Amanda pondera que é estratégico planejar individualmente, considerando
196 especialmente momento político. Ana Felícia, considerando que as visitas serão sigilosas, é
197 melhor publicar individualmente, evitando o conhecimento prévio. Lena relata que em visitas
198 técnicas anteriores se colocou a impossibilidade de entrada sem prévio aviso. Dr Rafael sugere
199 informação ao DEPEN, sem informar quando ou onde, pedindo que o DEPEN comunique às



199 Diretorias, com entrega do documento em mãos. Assim, caso haja problemas, é possível fazer
200 contato direto com o Diretor do DEPEN. Amanda lembra que o Dr Nilton orientou que avisar
201 previamente pode descaracterizar a visita. Anderson reitera pedido feito em reunião anterior,
202 para envio de ofício à Dra Lucia, Corregedora do DEPEN. Amanda informa que o ofício não foi
203 enviado. Anderson coloca que irá agendar reunião com a mesma para a próxima semana.
204 amanda diz que foi enviado ofício ao GMF/TJR pedindo diagnóstico das instituições, que será
205 enviado aos(às) Conselheiros(as) a fim de subsidiar eventuais questionamentos e ata. Aurélio
206 entende que a estratégia na abordagem é de grande relevância, visto que a presença de
207 funcionários do sistema poderão constranger os(as) presos(as). Sugere procurar organizações,
208 pastoral carcerária e famílias de presos(as) para saber o que são pontos críticos. Anderson
209 compromete-se com a presença de membros da Comissão de Direitos Humanos da OAB Pr nas
210 visitas, requerendo apenas envio de ofício com essa solicitação. Amanda afirma que ficará
211 responsável por esse documento. Anderson expõe que a OAB Federal já paralisou seus
212 trabalhos e caso haja suspensão no Estado, não poderá garantir a presença. Coloca que há
213 reunião agendada da Comissão de Direitos Humanos com o DEPEN para se pensar em
214 eventual restrição de visitas aos(às) presos(as). Amanda coloca a necessidade de se atentar
215 para as condições sanitárias das unidades. Jucimeri sugere convidar o Conselho da
216 Comunidade local para uma aproximação, não sendo preciso que acompanhem a visita. Afirma
217 as atribuições do Conselho conforme a Lei de Execuções Penais e destaca sua importância de
218 fiscalização. Junto à Comarca, ainda, propõe verificar iniciativas locais para implementação de
219 penas alternativas. Anderson complementa que o Nelson poderá colaborar nesse sentido.
220 Amanda conclui pelo envio de ofício ao Conselho da Comunidade local para levantamento das
221 ações realizadas pelo órgão e diagnóstico das unidades locais. Após a visita, enviar o relatório.
222 Amanda lembra que é preciso usar a força política do COPED, cobrando os órgãos competentes
223 pelas providências necessárias a partir do que for levantado. Com relação à minuta de
224 deliberação, deliberou-se pelo envio da mesma ao Marcel e ao Nelson para verificação e
225 eventual complementação. Acerca das unidades a serem visitas, Rute sugere a inclusão da
226 Cadeia Pública de Alto Paraná. Amanda propôs retirar Porecatu, inserindo Alto Paraná, o que foi
227 aceito. Edna reafirma seu compromisso. Aurélio retomada a questão de providências no caso de



41 **CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED**

228 constrangimento dos(as) detentos(as), sugerindo a realização de reuniões com as famílias
229 dos(as) mesmos(as). Amanda sugere que as famílias sejam convidadas para participação na
230 Audiência Pública, por meio de instituições como a Pastoral Carcerária. Rute pergunta quem já
231 teve, além dela e da Edna, experiência com visitas. Acreditam que José Wilson já realizou.
232 Amanda reitera a presença de advogados(as) de apoio. Tadeu Veneri informa que já fez
233 diversas visitas em unidades da região de Maringá e acredita que continua sendo um problema
234 o 9º SDP, com superlotação e desativação de uma das áreas. Em Sarandi, coloca a instalação
235 de chapas de ferro no teto e no chão. O 9º SDP teve parte desativada por ser insalubre, com
236 fios desencapados e etc. Sarandi há grande problema de tuberculose. Demonstra preocupação
237 com eventuais casos de coronavírus. Tadeu afirma que a Taís, da Comissão de Direitos
238 Humanos da ALEP, irá participar das visitas. Além de espancamento, falta de advogado,
239 superlotação, acesso à visita e sacolas, questões recorrentes, havia há um tempo atrás
240 problemática com a alimentação em todo o Estado. Pesar e olhar o cardápio entende que são
241 medidas estratégicas. Ana Raggio se coloca à disposição para participação nas visitas e
242 realização da viagem enquanto representante da SEJUF. Anderson também se disponibiliza.
243 Rute sugere que haja um foco. Entende que superlotação é recorrente. Em seu município há
244 unidade de 19 vagas com 130 pessoas. A questão sanitária entende que também é recorrente e
245 não é possível abarcar todas as demandas. Amanda aponta novamente para o relatório do GMF
246 como a fonte que irá permitir estabelecer focos e pontos específicos conforme relato do GMF e
247 denúncias já recebidas pelo COPED. Coloca a presença do Dr Anderson como necessária nas
248 unidades com maior número de reclamações e denúncias. Com todas as pessoas
249 comprometidas, entende que haverá uma boa equipe. Ressalta que há grande probabilidade de
250 cancelamento, face ao coronavírus, mas declara que as providências serão tomadas. Clau traz
251 as dificuldades de acesso a recursos pelos(as) Conselheiros(as), pedindo que seja enviado
252 pedido na segunda-feira, a fim de assegurar que haverá prazo. Lembra do pedido de **cartão**
253 **corporativo para o Dr Anderson** e informa que caso não seja disponibilizado, será necessário
254 adotar outras medidas para garantir a participação do mesmo. Pede que a SEJUF oficie a OAB
255 caso não haja como assegurar pagamento de suas despesas. Aurélio retoma a preocupação
256 com o coronavírus, pois entende que poderá haver uma tragédia caso o vírus chegue ao sistema



46

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

256 prisional. Pondera que o COPED deve adotar medidas preventivas. Com a superlotação e as
257 consequências de visitas íntimas. Sugere o envio de ofício à SESA requerendo ações
258 específicas para o sistema prisional. Amanda entende que isto deve ocorrer independente das
259 visitas. Aurélio propõe que o documento seja assinado pela Comissão de Direitos Humanos da
260 ALEP, Ney Leprevost e COPED. Amanda pondera também a participação do GMF a ser
261 provocado também por ofício. Tadeu declara que Beto Preto está ciente e acompanhando a
262 questão. Coloca que a preocupação é com todas as pessoas que estão envolvidas com o
263 sistema prisional, não apenas com os presos. No anúncio de ontem não ouviu menção pela
264 SESA sobre o sistema prisional. Assim sugere o envio de ofício questionando as providências,
265 direcionado à SESA e à SESP. Rute sugere a suspensão imediata de visitas ao Sistema
266 Prisional como medida emergencial. Tadeu Veneri aponta que nesse final de semana as visitas
267 já estarão suspensas e pondera que isso poderá gerar outro problema. Rute concorda, uma vez
268 entende como uma violação, mas entende necessário em razão da COVID. Lembra também a
269 necessidade de medidas frente ao sistema socioeducativo. Amanda concorda com o pedido.
270 Aurélio lembra do anúncio do Secretário de Saúde que informou o aumento de testes, mas
271 questiona se isto está alcançando o sistema. Se compromete em dialogar com o Secretário.
272 Anderson traz que as visitas ainda não foram suspensas. Tadeu coloca que a determinação
273 deve vir da SESA para evitar consequências internas ao sistema prisional. Jucimeri sugere
274 atentar para as recomendações internacionais, incluindo prisão domiciliar. Marcel entende que
275 cabe ao COPED recomendar a atenção do Estado ao sistema prisional, cabendo à SESA a
276 análise de qual será a forma adequada para evitar a contaminação no sistema, remendando
277 penas alternativas. Entende que é preciso determinar quem irá escrever. Amanda pondera se
278 não seria interessante o COPED convocar uma reunião de autoridades. Jucimeri retoma a
279 sugestão inicial de uma recomendação geral de respeito aos Direitos Humanos nesse momento
280 de pandemia, encaminhando para todos os órgãos. Clau resume os encaminhamentos,
281 aceitando a sugestão da Jucimeri. Amanda reitera a sugestão de realização de reunião com
282 autoridades competentes para definição de estratégia para todo o Estado. Anderson traz
283 normativa do Ministério da Saúde que define a SESA como órgão competente para definição de
284 medidas sanitárias e compreende que o Conselho Estadual de Saúde também pode ser

47
48
49
50



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

51
285 provocado. Aurélio entende que devido à urgência é necessário entregar em mãos a
286 correspondência aprovada. Amanda sugere ofício conjunto COPED e CES enviando
287 recomendação de atenção aos direitos humanos e a definição de estratégia integrada do
288 Estado. Aprovou-se ofício do COPED, ficando Aurélio responsável pela redação inicial. Clau
289 retoma o ponto de pauta que estava em tela, sobre os encaminhamentos para as visitas
290 técnicas. Diego sugere a transferência das visitas para o segundo semestre, tendo em vista as
291 medidas que devem surgir para combate ao COVID, colocando para junho, agosto e outubro.
292 Amanda entende que é preciso aguardar. Clau insiste que finalize-se o planejamento,
293 independente do cenário de eventual cancelamento. Rute concorda. Clau retoma sobre local
294 para realização da audiência pública. Tadeu sugere a Universidade, assim como a Câmara
295 Municipal. Anderson coloca a sede da OAB. Clau lembra do evento que haverá na Universidade,
296 que está sob a responsabilidade da mesma. Ana solicita que seja aproveitado o mesmo local
297 para realização da reunião do COPED na sexta-feira. Rute coloca as sedes dos Conselhos
298 Tutelares para a reunião do COPED. Clau entende por não buscar a Câmara, então, para
299 facilitar a logística da reunião do COPED. Tadeu entende que a Câmara é mais central e mais
300 bem localizada para participação das famílias. A Universidade possui uma diversidade muito
301 grande de blocos. Clau coloca, enfim, que se buscará a OAB por ser também central. Amanda
302 relembra a pendência de envio de convites, sugerindo OAB, Ministério Público, Conselhos da
303 Comunidade, Pastoral Carcerária, sugestão do Aurélio, e demais autoridades, assim como a
304 UEM. Enfim, Clau coloca que, sobre o evento na UEM, a ideia é que os(as) Conselheiros(as) já
305 estejam em Maringá para esse evento. Clau encerra a reunião na parte da manhã e define o
306 retorno às 13h30 para finalização da pauta e, após, divisão em Comissões. Dando continuidade
307 à reunião na parte da tarde, Clau retoma a pauta. **5. Avaliação do COPED sobre o atual**
308 **PNDH-3 – Programa Nacional de Direitos Humanos:** Ana explana que esta pauta foi
309 deliberada na última reunião, tendo enviado por email o Plano para análise. Não houve retorno
310 até o momento. Sugere definir uma pessoa responsável. Diego questiona sobre o prazo. Ana
311 coloca que no próximo ano haverá uma visita sobre esse tema, motivo pelo qual o Conselho tem
312 até o fim do ano para dar resposta. Clau solicita que o email seja reiterado. Diego pondera sobre
313 a realização de um evento que possibilite a integração com a comunidade sobre o PNDH III.

313 Entende que o documento é extenso, sendo necessário um momento de avaliação. Clau coloca
314 a realização de uma extraordinária. Ana acredita que seria o caso de uma Comissão se debruçar
315 sobre o documento para definir a melhor estratégia para acompanhamento. Diego vê como
316 relevante o envio de um posicionamento do Paraná. **Clau propõe que fique a cargo da Comissão**
317 **de Educação e demais políticas.** A proposta foi aprovada. **6. Evento Conjunto dos Conselhos**
318 **Estaduais de Direitos Humanos da Região Sul:** Ana contextualiza o ponto de pauta,
319 lembrando que este também decorre de deliberação da última reunião, devendo ser deliberado
320 local e temas, em especial. Ana retoma as pautas apontadas como principais para cada Estado
321 quando da reunião em Brasília, sendo para o RS moradia, indígena, mineração e violência
322 institucional; para SC letalidade policial, indígena, moradia e reintegração de posse; e para o PR
323 educação e violência contra LGBTI, moradia, reintegração de posse, racismo institucional,
324 questão carcerária e violência policial. Nesse cenário, a temática sugerida foi Violência
325 Institucional (sistema prisional, LGBTI+, população em situação de rua, mulheres, população
326 negra, comunidades tradicionais, juventude). No entanto, ficou de os Conselhos Estaduais
327 trazerem sua deliberação final até março de 2020. Marcel questiona se houve pedido de
328 devolutiva da Rede de Conselhos. Ana informa que não, que a pauta foi inserida por lembrança
329 da pendência. Diego sugere uma temática geral como Direitos Humanos e Acesso à Justiça,
330 colocando oficinas com temas específicos e uma mesa redonda com temas de moradia e direito
331 agrário. Ainda, solicita a inclusão do tema da comunicação, especialmente por ser ano eleitoral.
332 Ana coloca que no tema deliberado ficou faltando moradia, violência policial e reintegração de
333 posse. Clau entende que o tema sendo violência institucional, é possível abarcar bastante coisa.
334 Ana pede desculpas e passa para a apresentação de nova colega de trabalho. Anna Belli se
335 apresenta como estudante de direito e pesquisadora de Direitos Humanos. Ana explica que os
336 focos principais de trabalho são o COPED, COPEAS e CEIM. Retomando a pauta, Ana coloca
337 que a ideia é sugerir Curitiba como local para o evento, devendo se deliberar a data, dias de
338 evento e subtemas. **Marcel sugere que o deliberado seja enviado para o Presidente da Rede de**
339 **Conselhos, questionando como está o encaminhamento para os demais Conselhos.** Aurélio
340 concorda, especialmente com o cenário do coronavírus. Jucimeri sugere temas como Estado de
341 Exceção, Estado Penal, Necropolítica como temas mais abrangentes do que a violência



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

61
342 institucional. Questiona sobre a metodologia. Clau coloca que está aberto para mais temas.
343 Sobre a metodologia, esta deverá ser definida com os demais Estados. Entende pela inclusão
344 do tema da Comunicação. Jucimeri entende também pela inclusão do tema de ameaças à
345 democracia pelo próprio Estado, assim como a participação da sociedade civil na defesa dos
346 direitos humanos. Relata sobre a pesquisa que acompanhou recentemente em que há análise
347 das atas do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Entende que raça, classe, etnia e gênero
348 devem ser encarados como temas centrais e não transversais. Ana indica Jucimeri como
349 palestrante e considera o debate da necropolítica como relevante, visto que atinge a todos os
350 grupos populacionais citados. Ainda destaca que é uma teoria decolonial. Por estes motivos
351 destaca a importância desta temática como a central. Assim, pede que seja deliberado o tema
352 central e os subtemas para então comunicar os demais Estados e ver demais medidas. Jucimeri
353 pede que a metodologia conte com movimentos sociais em todas as mesas, assim como a
354 representatividade de raça e gênero. Aurélio reitera o pedido da inclusão da comunicação, assim
355 como das fake news. Diego reitera pedido de inclusão de ameaças à democracia e participação
356 social. Clau reforça a necessidade de se contemplar o debate sobre Educação. **7. Alteração do**
357 **Regimento Interno (aprovação por 2/3 dos membros):** Ana explica que este ponto de pauta
358 também adveio da reunião anterior. Lembra que seria a inserção de disposição sobre a escolha
359 da lista tríplice para a Ouvidoria da Defensoria, bem como sobre a Comissões. Todavia, não há
360 quorum para esta alteração no momento, visto o número de Conselheiros(as) presentes. Sobre
361 as Comissões, coloca que isto pode ser feito por Resolução, visto que não há Comissões
362 criadas no texto do Regimento Interno. Enfim, sugere que alterações do Regimento sejam
363 realizadas após a alteração da Lei do COPED que vem se buscando. Clau concorda com a
364 proposta de encaminhamento de Ana, independente do quorum. Diego relembra que em 2019
365 ficou acordada a inserção de Comunicação em uma das Comissões. Ana explica que não está
366 no Regimento a criação das Comissões e lembra sua proposta de criá-las por Resolução, tendo
367 trazido a minuta. **8. Check List das Pendências de 2019:** Rute solicitou a inclusão do ponto,
368 mas pondera que a Secretaria já trouxe diversos encaminhamentos na parte da manhã. Ainda
369 assim, coloca a possibilidade de haverem outras atividades que não foram encaminhadas. Ana
370 expressa que é possível que haja coisas que não está ciente. **Informa que a Anna Belli fez o**

370 levantamento de todos os ofícios enviados pelo COPED e sugere que em reunião com o Vice-
371 Presidente seja analisado o que é necessário reiterar. Diego concorda com o encaminhamento.

372 **9. Apresentação das Ausências Injustificáveis:** Ana pergunta se a ideia é definir o que é
373 injustificável ou se deve apresentar as frequências. A plenária solicita que ambos.

374 Ana coloca que o próprio regimento define o que é justificável. Aurélio questiona sobre a forma
375 de envio da justificativa. Ana solicita que seja sempre por email, para facilitar o controle, visto
376 que no whats as informações se perdem. Do ponto de vista legal temos somente que é por
377 escrito direcionado à Secretaria Executiva. De toda forma, pede que seja por email, colocando

378 que irá lembrar, no momento da convocação, que a justificativa seja enviada. Coloca que ainda
379 não foram adotadas as medidas decorrentes da renúncia da Falange Feminista. Clau afirma que
380 o próximo na lista seria a população em situação de rua. Ainda, lembra da saída do Miguel. Ana

381 expõe o controle de faltas. **10. Participação de Suplentes Concomitantemente com os**
382 **titulares:** Ana lembra que já abordou isso no sinformes, que na reunião anterior foi solicitado o
383 envio do Protocolado para análise, o que foi feito. Combinou com a Amanda que quando a
384 mesma vier à SEJUF irá elaborar proposta de resposta e enviar ao Anderson para análise, visto
385 que até o momento o posicionamento da SEJUF é pelo não pagamento de despesas de
386 participação concomitante de titular e suplente e o COPED entende que é necessária a revisão
387 deste posicionamento. Diego pergunta se Amanda irá a esta manifestação do Conselho, ao que
388 foi respondido de forma positiva. **11. Proposição de fortalecimento de ações de**

389 **comunicação social:** Diego propõe a elaboração de recomendação do COPED direcionada ao
390 Estado, ou a uma Secretaria específica, para que sejam garantidas que todas as reuniões de
391 todos os Conselhos sejam fotografadas e gerem matérias divulgadas nos sites específicos dos
392 colegiados, bem como os sites do Estado. Entende que os Conselhos estão fazendo coisas
393 relevantes, mas isso não tem aparecido, sendo possível encontrar poucas atas, assim como
394 resoluções e deliberações, notas e outros documentos. As ações do Governo recebem
395 visibilidade, mas não dos Conselhos, ainda que haja necessidade dessa divulgação do Governo.
396 Assim, sugere que a Recomendação melhore ações de comunicação de Conselhos e Comitês.
397 Reconhece que mesmo com GTs dos próprios Conselhos não se consegue dar vazão às ações.
398 Aurélio, enquanto jornalista, entende que essa questão é complexa. De maneira prática, sugere



71 CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

399 que seja feita audiência com o novo Secretário de Comunicação para entrega de documento
400 diretamente em mãos. Entende que é necessário adotar medidas mais contundentes. Concorda
401 com a elaboração de documento e com o aumento da visibilidade. Cita o exemplo do Conselho
402 da Agricultura Familiar que utiliza a imprensa da EMATER, que não precisa ficar toda a reunião,
403 mas dialogar, por exemplo, com o Presidente ao final da reunião, pegando o resumo das ações.
404 Se dispõe a participar da reunião, caso o diego elabore minuta de documento. Ana pontua que
405 entende não ser competência da Secretaria de Comunicação Social e que por esse caminho
406 será mais complexo. Traz que o DEDIF tem em sua equipe duas pessoas trabalhando com a
407 comunicação e sugere que haja diálogo de uma delas para fazer a entrevista ao final da reunião.
408 Aurélio concorda com a proposta. Diego acredita que não seja suficiente, pois faltará a
409 fotografia, assim como iniciativa de matérias pela E Paraná. Se coloca à disposição para fazer o
410 documento e questiona se é necessário aguardar até o próximo mês para apresentá-lo ou se é
411 possível encaminhar pelo GT de comunicação. Aurélio concorda com a elaboração pelo GT,
412 ampliando o alcance da comunicação até para a Paraná Turismo, a TV e a Rádio e as mídias
413 sociais do Governo. Rute expõe que compreende que a visibilidade é o primeiro passo para
414 reivindicação de novas estruturas. Concorda com a proposta apresentada pela Ana que poderá
415 possibilitar apoio ao Conselho por outras instituições. Jucimeri propõe que o GT tenha maior
416 destaque em sua atuação. Coloca que a E Paraná busca diversas vezes as Universidades para
417 falar de temas e acredita que seria possível pautar a emissora, vez que a mesma é pública. Clau
418 lembra que já fez diversas cobranças da Secretaria acerca dessa questão, para registro de
419 atividades realizadas. Ao final de 2019 conseguiu essa pauta. Destaca que apenas quando
420 autoridades estão presentes há registro. Coloca a dificuldade do GT fazer esse trabalho, visto
421 que cada pessoa tem seus compromissos. Entende que é necessário pautar a E Paraná. Aurélio
422 entende que determinados temas não serão expostos nas redes sociais do Governo por causar
423 constrangimentos ao mesmo. Assim, entende que o ideal seria conseguir que os materiais
424 fossem recebidos pelo Governo e publicados. Portanto, entende que os próprios canais de
425 comunicação dos(as) parceiros(as) e integrantes do Conselho poderiam ser um caminho.
426 **Restou deliberado que o Diego fará minuta de Ofício e Deliberação.** **12. Interlocação do**
427 **COPED com o CEDCA para discutir formação de Conselheiros(as) Tutelares:** Lembrou-se



76

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

427 que a pauta já foi deliberada na reunião de fevereiro, durante a qual ficou definido que os
428 próprios Conselheiros do COPED que compõem também o CEDCA fariam essa interlocução.
429 Diego coloca que a Comissão de Políticas Públicas na reunião de dezembro ficou deliberado
430 pelo envio de Ofício do COPED pedindo a pauta, assim como o pagamento de suas despesas
431 para participação na reunião. Questiona se o Ofício teria sido enviado. Afirma que esta pauta já
432 é discutida no CEDCA, mas que o ponto de vista da Rute seria relevante para responsabilização
433 dos Municípios pelo pagamento das despesas das capacitações, havendo sugestão do Aurélio
434 de diálogo com Prefeitos Municipais. Ana questiona se seria necessário, então, enviar Ofício ao
435 CEDCA. Rute compreende que por ser início do mandato dos Conselheiros(as) Tutelares, pelos
436 próximos 4 anos, seria relevante sua formação, assim como de toda a rede. Porém, acredita que
437 será um ano complicado para os Municípios por ser ano eleitoral. Todavia, houve renovação de
438 70% dos(as) Conselheiros(as) e tem conhecimento de relatos de atividades violadoras por estas
439 pessoas, motivo pelo qual entende que a temática é urgente. Pondera pelo envio de Ofício às
440 Prefeituras para lembrá-las de sua responsabilidade de capacitação. Diego sugere o envio de
441 Ofício à Associação de Municípios do Paraná (AMP). entidade representada pelo Aurélio no
442 Conselho, requerendo que os gestores de todos os 399 municípios a verba prevista para
443 formação para esse ano, o quanto se planeja para o ano que vem e com base nessas
444 informações haver a atuação do COPED. Rute pondera que o orçamento é o mesmo para a
445 capacitação de toda a rede, mas acredita que nem 5% dos Municípios tem essa previsão
446 orçamentária. Diego entende que os dados poderão subsidiar provocação ao Ministério Público
447 para providências. Rute coloca que os Escritórios Regionais da própria SEJUF poderiam fazer
448 isso, assim como AMP, CEDCA e Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente
449 (CMDCA), por fim o Ministério Público e a OAB. Ana compreende que o questionamento aos
450 Municípios irá demorar muito tempo. Sugere que um projeto seja apresentado ao CEDCA ou à
451 ESEDH para uso de videoaulas e encontros presenciais nos Escritórios Regionais, dependendo
452 do subsídio dos Municípios para deslocamento. Rute pensa que os CMDCA podem ser
453 oficiados pelo CEDCA cobrando providências. O deslocamento para os Escritórios Regionais já
454 é obrigatoriedade dos Municípios. Sugere oficial o CEDCA para diálogo com os CMDCA sobre
455 o uso dos recursos da infância. Esta proposta foi aprovada. **Diego e Rute se dispõem a**

77
78
79
80



81 **CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED**

456 **colaborar com a redação deste ofício. 13. Novos encaminhamentos em relação à Agenda do**

457 **COPED com Secretário da SEJUF:** Diego lembra que desde os debates sobre orçamento em

458 agosto ou julho do ano passado, o Conselho vem discutindo ter uma agenda com o Secretário

459 Ney, o que não ocorreu por diferentes motivos. O Conselho referendou que o Devechi seja

460 representante do Secretário no Conselho, mas continua havendo a necessidade de audiência

461 com o responsável pela política de direitos humanos no Estado. Lembra que existem 15 pontos

462 de pauta do COPED para diálogo. Propõe a formalização de novo pedido de audiência por

463 Ofício, constando o conteúdo que se pretende discutir. Edna concorda, visto que o COPED é o

464 interessado. Clau afirma que tem dialogado sobre essa questão e entende que há ilegalidade na

465 Resolução que colocou o Dr Devechi representando o Secretário na Presidência. Lembra que

466 haverá afastamento em breve devido ao processo eleitoral. Compreende que há descaso pela

467 ausência do representante indicado e que há um viés político nessa nomeação. Lembra que

468 houve estranhamento na última reunião, mas que há um desrespeito ao se publicar uma

469 resolução como essa sem diálogo. Destaca que em dezembro foi solicitada a agenda para

470 fevereiro, tendo havido dois meses de antecedência para este compromisso. Sente que há

471 desrespeito com o Conselho e com a população do Estado do Paraná. Imagina que haja grande

472 desorganização na Secretaria visto a entrada e saída de novas pessoas. Registra que não tem

473 mais conseguido dialogar com a Regina, com a informação de que a mesma teria ido para a

474 SEED. Sugere posicionamento da sociedade civil. Anderson ressalta o simbolismo dos atos e

475 que o Conselho poderá ser cobrado disso. Rememora que a legislação determina que na

476 ausência do Secretário assume o Vice Presidente. Ana pontua que entende a relevância do

477 ponto de pauta para uma agenda com o Secretário e concorda com adoção de novos

478 encaminhamentos. Expõe que vê que está havendo uma especulação de desvalor ou

479 desrespeito da Secretaria com relação ao Conselho. Ressalta que este não foi o único Conselho

480 do qual o Secretário se desvinculou da Presidência, tendo este ato se estendido a todos os

481 Conselhos que possuem essa previsão, visto que o Secretário não estava conseguindo

482 participar. Assim, não é uma questão direcionada ao COPED. Informou que o Dr Devechi

483 concorda que poderia ter havido um diálogo anterior à medida, motivo pelo qual deve ser

484 enviada uma manifestação da Secretaria nesse sentido. Sobre a saída da Regina e a sugestão

484 de que a Secretaria está desorganizada, informa que a saída da Regina não foi efetivada ainda,
485 motivo pelo qual a questão não foi comunicada. Entende que o anúncio sem a certeza de sua
486 nova nomeação seria irresponsável. Afirma que não há qualquer desorganização na SEJUF.
487 Com relação a pendências com o Departamento ou a Secretaria, estas podem ser trazidas a
488 esta Conselheira. Informa que o Dr Devechi tinha uma série de compromissos e que tentaria
489 estar presente na reunião. Todavia, devido sua ausência, expõe que não foi possível. De toda
490 forma, se coloca inteiramente disponível ao diálogo. Diego lembra que há 15 assuntos para
491 diálogo e questiona se deverá se aguardar o próximo Secretário. Anderson questiona se Ana
492 possível carta branca para dirimir questões, como foi exposto pelo Devechi que possuía. Ana
493 entende que esta provocação é descabida, pois não possui a carta branca, mas se coloca à
494 disposição para levar as questões à Chefia de Gabinete para pedir retorno e ou uma audiência.
495 Anderson informa que não era uma provocação, mas que se trata de um esclarecimento com
496 base no que o Devechi trouxe na última reunião. Clau coloca que tem dialogado com o Dr
497 Devechi e trouxe que a agenda está pendente desde novembro/dezembro. Expôs que entende
498 que a Resolução é ilegal, mas que gostaria da presença do mesmo nas reuniões, inclusive para
499 diálogo sobre a própria Resolução. Entende que se o COPED é prioridade, que as agendas
500 conflitantes deveriam ser canceladas. Coloca que o Deputado Tadeu veio à reunião também
501 para falar da Resolução. Corrige que entende que a carta deveria ser colorida e não branca e
502 que se a Ana não possui, entende que o assunto deve ser retomado em outro momento. Na
503 incerteza sobre quem ficará para os próximos dias, se preocupa com as atribuições da
504 Secretaria Executiva e se coloca à disposição para auxiliar. Jucimeri coloca que independe dos
505 desprestígio dos Conselhos, isso não é uma crítica às servidoras que atuam no poder público.
506 Percebe as dificuldades para garantia de estrutura e visibilização das pautas dos Conselhos.
507 Expõe que em âmbito federal tem se verificado tentativas de acabar com a democracia
508 participativa no Brasil, a qual deve ser defendida e protegida, assim como verificar se isso se
509 reflete no âmbito estadual, função da sociedade civil e das servidoras, visto que ambas as partes
510 têm como dever a proteção da democracia. Acredita que os encaminhamentos devem acontecer
511 independente das mudanças de Governo, visto que isso poderá auxiliar em eventuais disputas
512 internas nas Secretarias, como a possibilidade de separação da Secretaria. Assim, entende que



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

91
513 deve haver um posicionamento sobre o que deve mudar. Registra que o Governo estadual criou
514 estrutura interna ao gabinete que não alcança os Conselhos, não dando conta da mensagem
515 que o Governo tentou passar de diálogo. Afirma que entende a Resolução como irregular e
516 questiona os meios para seu enfrentamento. Concorde com o Anderson de que é o Vice que
517 deve assumir na ausência do Presidente. Entende também que não cabe ao Conselho ficar
518 pedindo participação nas reuniões, pedindo audiência, pedindo que se cumpra a Lei. Não cabe
519 ficar, entre os(as) Conselheiros(as) presentes, ficar debatendo sua relevância. Pede que as
520 questões não sejam levadas para o lado pessoal. Pede informações sobre como, legalmente,
521 garantir que o Vice Presidente assuma o Conselho. Destaca que ao aceitar o ato normativo, a
522 sociedade civil está descumprindo a Lei. Marcel questiona se está havendo intervenção na
523 gestão do Clau como Presidente. Não havendo, há um documento simbólico que poderia ser
524 atacado por ação popular ou ação civil pública do Ministério Público. Sobre o fortalecimento do
525 Conselho, percebe que a pasta só perde funcionários nos últimos tempos na área de Direitos
526 Humanos. Lembra que havia uma assessoria dos conselhos que dava conta do apoio aos
527 Conselhos e sabe que não é apenas o COPED que tem sofrido com essa questão. vê isso como
528 simbólico. Respeita a condição da Regina Bley, porém entende que não pode o Conselho ficar
529 aguardando. Sugere convidar movimentos sociais para dialogar com a Regina para pensar
530 sobre a saída dela. Não havendo diálogo, os movimentos estão perdidos. Entende que é
531 possível a construção de uma resposta à Resolução e que de toda forma tem se garantido o
532 funcionamento do Conselho, com a aprovação de projetos e continuidade de cobrança de sua
533 execução pelo Estado. Concorde com a posição trazida pela Jucimeri sobre o setor criado na
534 Governadoria. Reitera os caminhos jurídicos possíveis. Rute compreende que a saída de
535 pessoas é prerrogativa do Executivo. Registra seu posicionamento de que não entende legítimos
536 atos da pessoa indicada pela Resolução, que vê como um interventor. Na ausência do
537 Secretário, reconhece o Clau como Presidente. Compreende que não pode o Conselho silenciar
538 sobre essa questão e que caso os trabalhos não fossem conduzidos pelo Clau ou pelo
539 Secretário Ney iria se retirar do Conselho em posição de repúdio ao ato que afirma ilegal.
540 Jucimeri lembra que a Procuradoria deu apoio à ação do Secretário e sugere consultar as áreas
541 jurídicas das entidades vinculadas ao Conselho, como a própria OAB, visto que, ao seu ver, o



541 Conselho está irregular. Anderson, então, solicita o envio do documento à OAB para um parecer.
542 Jucimeri pede que eventual ação traga também as dificuldades que o Conselho enfrenta, citando
543 o fundamento constitucional da democracia participativa e deliberativa. Prevê que haverá efeito
544 positivo de eventual ação, visto o fundamento legal explícito, e que trará efeitos de
545 fortalecimento para todos os Conselhos. Sugere que esta ação seja ajuizada pela OAB ou pelo
546 conjunto das assessorias jurídicas das entidades que compõem o Conselho. Marcel sugere o
547 envio da Resolução à OAB e ao Ministério Público, solicitando a análise do documento e adoção
548 das medidas cabíveis. Jucimeri aponta que o Ministério Público tende a adotar medidas
549 administrativas. Pondera que não quer medida extrema, mas que não é possível não adotar
550 medidas. Traz as dificuldades enfrentadas pelo Conselho desde o início do mandato, como
551 recursos humanos, apoio operacional, viabilização de viagens, comunicação, implementação de
552 políticas públicas, respostas das demais Secretarias acerca daquilo que o COPED solicita.
553 Assim, a ação poderia ser aproveitada para pleitear essas outras questões. Clau conclui pelo
554 envio de pedido de parecer à OAB e MPPR acerca da Resolução nº 286/2019, fazendo a leitura
555 da mesma. Ana consigna que é contrária ao envio de Ofício a ambas as instituições, visto que o
556 Conselho já debateu em reunião anterior o fundamento legal da medida, bem como
557 considerando que não houve qualquer prejuízo ao Conselho. Ao contrário, o Dr Devechi se
558 colocou à disposição, assim como tem a intenção de trabalhar em conjunto e não substituir a
559 liderança que o Clau vem exercendo. O mesmo também se colocou à disposição para
560 encaminhamentos, cobrando encaminhamentos para a Lei do COPED para fazer diálogo com a
561 Procuradoria. Além disso, buscou as agendas solicitadas pelo Conselho para debate de Decreto
562 trazido na reunião anterior. Assim entende que não há prejuízo para o Conselho e que a medida
563 tem fundamentação legal adequada, não apresentando qualquer ilegalidade. Clau registra a
564 deliberação de envio da Resolução à OAB, bem como ao Ministério Público. **14. Formação das**
565 **Comissões:** Ana apresenta minuta para formalização das Comissões, solicitando o nome
566 dos(as) integrantes e informando que já consta da proposta a inclusão do tema da
567 Comunicação. Marcel informa que a coordenação e relatoria serão exercidas pela mesma
568 pessoa e propõe uma Resolução única para todas as Comissões. Ana entende que Resoluções
569 individualizadas trará maior organização. A proposta do Marcel é aprovada. Marcel lembra que



101 **CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED**

570 já foi elaborado texto que diz as atribuições das Comissões. Restou encaminhado que o artigo
571 1º criará todas as comissões com suas atribuições, o 2º a composição de todas e o 3º a
572 coordenação e relatoria. Ana se comprometeu com o envio do documento por email para
573 aprovação final. **15. Grupo Executivo de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos**
574 **Humanos:** Ana informa que o Dr Olympio, enquanto coordenador do CAOP DH/MPPR, fez uma
575 sugestão à SEJUF para adoção de medidas para criação de rede de proteção à Defensoras e
576 Defensores de Direitos Humanos. A partir disto o DEDIF está trazendo a proposta ao COPED
577 por entender que o Conselho precisa participar desta instância, visto, inclusive, que as pessoas
578 que compõem o Conselho seriam atingidas. Para construção do documento foi utilizado o
579 parâmetro nacional. Assim, propõe-se a criação de um Grupo Executivo com o objetivo de
580 estabelecer diretrizes e acompanhar a implementação da Rede por meio da articulação entre os
581 órgãos competentes. Segue, então, a leitura da minuta de Resolução. Coloca dúvida se será
582 uma Resolução ou Decreto, informando que irá tirar a dúvida com a responsável pela temática, a
583 Ana Felícia. Marcel entende como relevante o documento e parabeniza por trazer ao Conselho.
584 Pergunta como a questão foi trazida pelo Dr Olympio. Ana informa que o pedido se deu em
585 reunião com o Secretário, sugerindo o formato da Força Tarefa Infância Segura (FORTIS).
586 Todavia, entendeu-se pela institucionalização de uma instância. a preocupação do Dr Olympio é
587 devido ao reiterado recebimento, pelo mesmo, de pedidos de proteção fora do horário comercial.
588 Assim, a ideia é ter pontos focais nas diversas instituições para adoção de providências
589 emergenciais. Marcel questiona quem mais estaria envolvido na SEJUF. Ana informa que foi um
590 pedido do Ney à Regina, que designou à Ana Felícia. A Regina teria dialogado com o Dr
591 Olympio novamente e juntos chegaram a este formato de Grupo Executivo. Assim, antes de
592 qualquer tramitação de trouxe ao COPED. Anderson pergunta se seria como a adesão ao PPDH
593 do Ministério dos Direitos Humanos. Ana informa que não, uma vez que não teria um convênio
594 com o Governo Federal. Tem dúvidas sobre como está o funcionamento do Programa no
595 Governo Federal. A proposta é de Resolução, como apresentado. Marcel concorda com o
596 encaminhamento na forma como está o documento, mas pondera a preocupação com a
597 articulação com o Governo Federal. Ana explica que sendo uma Resolução a tramitação é
598 rápida. Marcel pergunta se haveria habilidade para reunião deste grupo. Ana traz que não sabe

598 se já foram feitos contatos com as demais instituições mas lembra que a SEJUF já possui
599 diálogo com FUNAI, OAB, TJPR, MPPR, MPT, DPPR, DPU, PF restando poucas instituições
600 para se iniciar um articulação. Marcel compara a proposta com o mecanismo utilizado no Estado
601 para mediação de conflitos fundiários. Este, porém, com o rol mais ampliado, o que é
602 interessante. Após questionamento do Marcel, Ana informa que a proposta será da SEJUF, com
603 a aprovação do COPED. Ainda, **Marcel solicita o envio por e-mail, propondo que a aprovação**
604 **fica pendente de eventuais colaborações.** Rute e Clau ponderam que seria mais estratégico
605 aprovar durante a reunião. Marcel pede a inclusão de “considerando” de que foi aprovado na
606 reunião do COPED, assim como outros que irá sugerir posteriormente. Ademais questiona sobre
607 o funcionamento da Rede e Ana explica que já existem órgãos com atribuições para proteção de
608 pessoas ameaçadas, assim o Grupo faria a articulação entre esses diferentes órgãos,
609 encaminhando os casos, e bem como o trabalharia pelo estabelecimento de fluxo para envio e
610 portas de entrada. Clau pondera que essas já são funções do COPED. Marcel demonstra
611 preocupação se haverá efetividade e questiona a possibilidade de estabelecimento de um
612 Regimento Interno do GT. Ana entende que é possível consignar. Rute pergunta se a
613 coordenação do Grupo poderia ser compartilhada com o COPED. Marcel entende que como é
614 um Grupo Executivo, a coordenação deve ser da SEJUF. Acredita que este Grupo tem um
615 formato ideal. Clau reitera que as atribuições coincidem com o COPED. Ana explica que não se
616 trata de um grupo para defesa de direitos humanos, mas de defensores e defensoras de direitos
617 humanos, não havendo sobreposição com o COPED. Marcel propõe a mudança de nome para
618 Comitê Intersetorial. Ana acredita que se trata de um Grupo Executivo, visto que reúne os
619 órgãos com atribuição para execução da política de proteção. De outro lado, entende que é
620 possível a mudança se assim entender o Conselho. Marcel expõe que a mudança do nome
621 possibilitaria demonstrar que o COPED não está delegando funções, mas, sim, aprovando uma
622 política de Estado. Clau pergunta se existem outros Grupos Executivos, Ana informa que
623 desconhece. Relembra-se que trata-se de uma solicitação do Dr Olympio. Clau aponta que o
624 espaço reuniria praticamente as mesmas instituições do COPED, as quais já não participam
625 efetivamente do Conselho. Ana destaca que não é a mesma atribuição, visto que o Grupo
626 funcionaria inclusive para encaminhamentos de medidas de proteção dos(as) próprios(as)



111 **CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED**
627 Conselheiros(as), assim como abrigo, deslocamento de pessoas e proteção em sentido
628 amplo. Rute pondera que se todos(as) os(as) Conselheiros(as), dentre outros movimentos, se
629 sentiriam à vontade para recorrer a esse Grupo numa situação de ameaça, então ele está
630 correto. Expõe que não se sentiria. Clau coloca que já há dificuldades de dar os
631 encaminhamentos e atender a demanda do COPED. Rute sugere que se utilize estrutura
632 semelhante a do PROVITA e PPCAAM. Marcel aponta os esvaziamento da reunião, porém
633 coloca que o único ponto negativo seria a criação para exposição midiática, sem efetivação.
634 Destaca que a Secretaria já está com estrutura precária e ainda irá criar mais instâncias. Rute
635 demonstra preocupação se é um mecanismo de proteção ou de patrulhamento, devendo se
636 levar em consideração pessoas que estão em confronto direto. Clau entende que o debate foi
637 relevante e **sugere que o tema seja retomado na próxima reunião, o que foi aprovado**. Edna
638 concorda em postergar o debate, mas afirma-se favorável ao Grupo. **16. Reunião das**
639 **Comissões:** devido ao baixo número de pessoas, as reuniões não foram realizadas. Clau
640 questiona se há urgências, Ana informa que há uma denúncia e uma situação do sistema
641 prisional que já foi dada ciência à respectiva Comissão. Decide-se pela leitura da denúncia
642 recebida. Considerando que não há urgência no caso, Ana propõe o envio do caso para
643 integrantes da Comissão de Denúncias para providências, o que foi aprovado. A presente ata foi
644 redigida pela servidora Ana Zaiczuk Raggio.